

Trinta anos de história econômica na RBE

Paulo Neuhaus *

"Nothing could be more natural than to apply the tools that have been used with some success in economics for two hundred years to economic history. It would be strange if the insights into the use of economic logic and economic fact that have been acquired since Adam Smith's day proved of little use in economic history, the more so considering that these insights were acquired by men studying economic issues that are now historical."

Donald McCloskey, *Essays on a mature economy: Britain after 1840.*

1. Introdução; 2. Industrialização e desenvolvimento econômico; 3. Moeda, sistema financeiro e política cambial; 4. Metodologia e tópicos especiais.

1. Introdução

O interesse pela história econômica na *RBE* data de 1954, com a publicação do artigo pioneiro de Loeb e Van Der Meiren. Entretanto, a grande maioria dos trabalhos nesta área — mais precisamente, 76% dos 33 artigos examinados nesta resenha — foram publicados a partir de 1970.¹ Este surto de interesse pela história econômica já foi mencionado por Saes (em sua resenha da literatura publicada não somente na *RBE*, mas também nos demais periódicos brasileiros de economia), que atribuiu o fenômeno ao interesse despertado recentemente pelas pesquisas da "nova história econômica" anglo-saxônica.

Em termos de períodos analisados, a maior parte dos artigos de história econômica da *RBE* focaliza o século XX (especialmente a partir

* Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas.

¹ Lembramos que existe certa margem de arbitrariedade na definição do campo da história econômica, justificando a omissão, nesta resenha, de artigos que, embora se refiram ao passado, cuidam principalmente de tópicos que foram objeto de recensão explícita nas áreas de história do pensamento econômico, economia agrícola etc.

da Depressão dos anos 30), ou seja, o mergulho no passado foi motivado, numa primeira aproximação, pelo esforço de entender problemas recentes tais como o modelo de substituição de importações, a influência do comércio internacional sobre a atividade econômica, o papel do Estado etc.

A segunda metade do século XIX mereceu também interesse, geralmente focalizado nas causas seculares do atraso econômico relativo do Brasil e das desigualdades regionais de renda, bem como no surto de crescimento comandado pelo auge cafeeiro, e no problema da escravidão.

Todavia, o período anterior a 1850 mereceu escassa atenção dos historiadores econômicos na *RBE*, seja por sua menor relevância direta para o entendimento do Brasil do pós-guerra, seja pela própria escassez de dados quantitativos.

Para organizar esta resenha, agrupamos os artigos em torno dos seguintes tópicos predominantes:

- a) Industrialização e desenvolvimento econômico;
- b) Moeda, sistema financeiro e política cambial;
- c) Metodologia e tópicos especiais.

Os artigos de Carlos Manuel Peláez são analisados com destaque especial, já que ele é responsável, como autor ou co-autor, pela quarta parte dos artigos sobre história econômica publicados na *RBE*, e também porque seus artigos atravessam as fronteiras das três categorias demarcadas.

2. Industrialização e desenvolvimento econômico

O artigo pioneiro de Loeb e Van Der Meiren (1954) iniciou uma linha-gem de estudos sobre a estimativa do produto e da renda nacional do Brasil no período que antecede às *Contas Nacionais do Brasil* da Fundação Getúlio Vargas, elaboradas a partir de 1947. Trata-se, obviamente, de um requisito crucial para a discussão não-impressionista do crescimento econômico.

Loeb e Van Der Meiren construíram índices do produto e renda real para o período 1939-53, a partir da agregação dos índices físicos setoriais. Os índices se referem à produção bruta (e não ao valor adicionado) de

cada setor, mas os autores julgaram que a margem de erro assim introduzida seria pequena, supondo que a estrutura de insumo-produto da economia fosse relativamente estável.

A partir dos índices do produto *interno* real, os autores estimaram ainda a renda real (incorporando os efeitos da variação dos termos de troca), e o produto nacional real (incorporando a poupança oriunda do exterior).

Ainda em relação ao século XX, Haddad (1975) publicou suas estimativas para o produto real, total e da agricultura, indústria e comércio, no período 1900-47, bem como para o produto dos setores transportes e comunicações, e governo, para 1908-47. Já que seus índices (de base móvel, Divisia) se encadeiam com as *Contas Nacionais* a partir de 1947, tem-se, assim, um panorama global do crescimento no século XX que é bastante revelador. O produto total e o produto *per capita*, por exemplo, cresceram à média anual de 4,28% e 2,20% em 1900-47, sendo que no período 1900-70 o produto *per capita* cresceu à média de 2,5%; além disso, a taxa de crescimento se acelerou ao longo do século.

Segundo essas estimativas, a taxa média brasileira de crescimento *per capita* durante o século XX foi maior que as taxas americana, inglesa, francesa e alemã, da mesma ordem de magnitude que a da Suécia, e apenas inferior às taxas de crescimento japonesa e soviética. Portanto, o atraso econômico relativo decorre, segundo Haddad, não de um fracasso no século XX, mas de um crescimento medíocre no século XIX (já que a extrapolação, para o século passado, das mesmas taxas médias observadas no século XX implicaria uma renda absurdamente baixa como ponto de partida no século XIX).

Leff (1972b), por sua vez, usou a *teoria quantitativa da moeda* para fazer uma estimativa, ostensivamente precária, do crescimento médio da renda *per capita* no período 1822 a 1913, que teria sido provavelmente da ordem de 0,1% ao ano (admitindo-se um intervalo plausível, dependendo dos parâmetros usados, entre -0,3% e +0,8% para esta taxa). A experiência brasileira contrastaria, assim, com a dos EUA, onde a renda *per capita* cresceu a 1,5% no século XIX, corroborando, pois, a hipótese de Haddad sobre as causas do atraso relativo do Brasil.

Em outro artigo, Leff (1972c) analisa as causas do desempenho medíocre da renda *per capita* no século XIX, destacando as altas taxas de crescimento demográfico, que diluíram os modestos esforços de investimento em capital humano e enviesaram a distribuição da renda a favor

des fatores terra e capital. Ao mesmo tempo, o Brasil foi incapaz de desenvolver um amplo setor agrícola absorvedor de mão-de-obra e voltado para o mercado interno.

Além disso, Leff assinala o aumento da industrialização que acompanhou o *boom* do setor cafeeiro a partir de 1860, mostrando, por um lado, que as políticas do governo no século XIX (proteção tarifária, valorização do café, auxílio direto à indústria, déficits fiscais, inflação etc.) foram geralmente heterodoxas e, por outro lado, que a industrialização e a expansão do comércio exterior evoluíram paralelamente antes da II Guerra Mundial (contrariamente ao que postula a *teoria dos choques adversos*).

Completando a sua trilogia de artigos, Leff (1972a) analisa as causas seculares das desigualdades entre as regiões Nordeste e Sudeste. Partindo da premissa que, no final do século XVIII, Nordeste e Sudeste estavam aproximadamente em pé de igualdade, Leff atribui o atraso relativo posterior do Nordeste ao comportamento medíocre de sua exportação a partir do século XIX. Descartando outras interpretações tradicionais, Leff analisa o fenômeno no contexto da *teoria da zona monetária ótima* (*optimum currency area*), mostrando que a estagnação relativa das exportações de açúcar e algodão nordestino, *vis-à-vis* ao crescimento das exportações de café do Sudeste, foi devida à sobrevalorização cambial (vista pela ótica do Nordeste) provocada pelo aumento maciço da receita de exportação cafeeira. Como o solo nordestino não era propício à produção de café, e dado os altos custos de emigração da mão-de-obra nordestina, o Nordeste entrou numa fase de depressão crônica. O problema seria agravado, mais tarde, pela deterioração dos termos de troca do Nordeste com o resto do país a partir da aceleração do processo de substituição de importações no Centro-Sul, quando o Nordeste foi compelido a adquirir dessa região produtos industrializados altamente gravosos (em termos internacionais). Leff conclui, portanto, com uma arrojada proposição *contrafactual*: a de que “o Nordeste teria ficado melhor como unidade política separada, com seu próprio sistema monetário (e cambial). Seu comércio e desenvolvimento teriam então sido determinados pela própria vantagem comparativa da região”.

Enriquecendo bastante a compreensão da política econômica brasileira de longo prazo, Rios (1972) analisa a tradição mercantilista na formação brasileira. O artigo é extremamente útil para compreender não só o passado, mas também o momento atual de nossa economia e sociedade. Rios assinala, por exemplo, que “o principal efeito da tradição mercantilista no Brasil foi tornar quase impraticável a existência de uma economia

sem a tutela e intervenção estatal". A persistência de práticas mercantilistas desde a época colonial seria, conforme o autor, um dos principais motivos da existência, no Brasil, de notórias desigualdades sociais, privilégios e grupos de *insiders* agasalhados pelo poder estatal. Segundo Rios, "entre os empresários brasileiros constata-se dois traços permanentes, seja qual for a sua filiação ideológica, o seu ramo de indústria: a mentalidade especulativa e a busca de uma vinculação estatal, quer sob a forma de crédito, financiamento ou consórcio".

Baklanoff (1967) analisa a importância do *aporte* de capital, tecnologia e mão-de-obra estrangeira para o desenvolvimento do Centro-Sul do Brasil em 1880-1930, complementando a abundância local de recursos naturais e mão-de-obra não-qualificada. Neste quadro típico do liberalismo de pré-guerra, comércio internacional e crescimento econômico teriam sido, segundo Baklanoff, complementares, e não antagônicos.

Complementando o enfoque de Baklanoff, Suzigan (1971) apresenta uma análise de industrialização de São Paulo no período 1930-45, examinando fatores tais como imigração, rápido aumento do potencial energético, abundância de matérias-primas, facilidade de transporte, densidade do mercado local, abundância de capacidade empresarial e mão-de-obra especializada, os quais concorreram para que São Paulo viesse a ter, já a partir de 1920, a maior concentração industrial do Brasil.

Uma análise interessante de crescimento econômico tardio (*latecomer*) é feita no estudo de Villela (1970) sobre o desenvolvimento industrial da Rússia no período 1860-1913. Embora em 1913 a industrialização ainda fosse bastante incompleta, tudo indicaria que — descontado o enorme esforço de reconstrução após a I Guerra — os soviéticos teriam partido de uma situação menos desfavorável que a maior parte dos países em desenvolvimento.

Ao lado de um elenco de políticas heterodoxas de estímulo à industrialização, Villela destaca a adesão da Rússia ao padrão-ouro, que permitiu a estabilidade monetária necessária para o influxo maciço de capitais estrangeiros. À luz das críticas recentes (analisadas mais adiante) ao papel nefasto da ortodoxia no Brasil, esta observação de Villela é útil para nos recordar que, numa avaliação global de medidas ortodoxas como o padrão-ouro, é preciso incluir não só os custos sociais (bastante conhecidos), mas também os eventuais benefícios.

O artigo de Gudín (1972) apresenta suas reminiscências sobre a economia brasileira desde a Proclamação da República, na condição de obser-

vador privilegiado por ter nascido durante o Império, por sua participação ativa nas principais controvérsias econômicas deste século e por sua atuação como Ministro da Fazenda na década de 50.

Abordando o processo de substituição de importações no pós-guerra, Baer e Kerstenetzky (1964) concluíram que a industrialização brasileira foi surpreendentemente bem balanceada em termos setoriais, embora se tenham observado graves defasagens em termos de agricultura, investimentos de infra-estrutura e diversificação de exportações. Os autores descartam a possibilidade de o Brasil ter seguido uma estratégia mais cautelosa de substituição de importações, procurando se afinar melhor com suas vantagens comparativas e adotando uma política mais liberal de comércio exterior, alegando que essa alternativa era inviável devido às barreiras à entrada nos mercados internacionais. À luz do sucesso brasileiro de diversificação de exportações nas décadas de 60 e 70, esta conclusão nos parece excessivamente pessimista.

Focalizando, ainda, a substituição de importações no pós-guerra, Huddle (1969) conclui, usando o modelo de Chenery, que o crescimento e a substituição de importações foram bastante equilibrados entre os diferentes setores manufatureiros no período 1953-58, observando-se, porém, uma reversão deste crescimento equilibrado no período 1959-63, fenômeno que Huddle assinala como uma das principais causas da estagnação econômica brasileira no período 1962-64.

Dois artigos de Castro e Cameron, de orientação bastante diversa, procuram teorizar, a um nível elevado de abstração, sobre as origens do subdesenvolvimento contemporâneo e sobre o modelo latino-americano de desenvolvimento.

Castro (1967) sugere um modelo estruturalista para interpretar a evolução secular das economias latino-americanas e, particularmente, do Brasil, focalizando tópicos como os determinantes do crescimento e esgotamento do modelo primário exportador, a natureza e as contradições do processo de industrialização, e os pontos de estrangulamento que comprometem as possibilidades de crescimento.

Há diversas qualificações a fazer às interpretações estruturalistas da industrialização e da Depressão, à luz da literatura revisionista recente. Todavia, a análise do autor sobre os problemas que a *maturidade* da industrialização coloca, sobre a ausência de equacionamento coerente dos problemas, sobre os conflitos de interesse em jogo e sobre a transformação do *Estado-serviço* em *Estado-poder* para arbitrar os conflitos, é bastante lúcida.

Pode-se indagar, todavia, se as características perversas do modelo quanto à dificuldade de aumentar as exportações, o estrangulamento da capacidade de importar, a fraca absorção de mão-de-obra, a má distribuição da renda etc., são endógenas ao modelo (conforme supõe Castro), ou se decorrem da adoção de políticas econômicas obviamente inadequadas (política comercial *autárquica*, sobrevalorização cambial, subsídio ao uso do capital e não ao trabalho, política tributária inadequada, escassez relativa de investimentos em capital humano etc.)

Cameron (1972b) examina as origens históricas das desigualdades econômicas entre países, focalizando especialmente os mecanismos de difusão do progresso tecnológico. Fundamentado num *empirismo casual*, ele argumenta que o grau de alfabetização, a orientação para o mercado, a mobilidade social e geográfica da população *antes* do contato com a tecnologia moderna, podem explicar boa parte da reação positiva ou negativa das elites tradicionais às promessas de modernização tecnológica. Quanto mais educada, mais orientada para o mercado e maior a mobilidade social da camada que não pertence à elite tradicional, tanto maiores serão os incentivos para que esta camada adote as inovações.

3. Moeda, sistema financeiro e política cambial

Nesta categoria, Cameron (1972a) também comparece com um ensaio sobre as relações entre a metrópole e a hinterlândia no processo de crescimento financeiro. A principal proposição, suportada por evidência bastante impressionista, é de que a metrópole procura, por diferentes razões, impor o seu domínio à periferia na área financeira, mediante a regulamentação das instituições financeiras da periferia por elementos da metrópole, ou ainda pela imposição de uma ortodoxia monetária por parte desta. Neste processo surgem conflitos, à medida que as necessidades da periferia em crescimento diferem das necessidades da metrópole já madura, podendo levar, em muitos casos, à luta pela independência política da periferia.

A este nível amplo de generalidade, a proposição parece bastante plausível, se bem que Cameron deixe de mencionar um dos motivos mais óbvios que induzem a metrópole a dominar o sistema financeiro da periferia, qual seja, o desejo de apropriar o *seigniorage* decorrente da criação de moeda. Por outro lado, as implicações da hipótese de Cameron são

ambíguas. Quando ele afirma que “na hinterlândia o crescimento tem precedência sobre a estabilidade” (o que soa bastante razoável), seria falacioso concluir que a estabilidade monetária e financeira necessariamente comprometem o crescimento, ou que a instabilidade seja benéfica ao crescimento. *Sweeping generalizations* como a hipótese de Cameron podem ser úteis como marco de referência para a pesquisa histórica, mas é extremamente perigoso usá-las como *leis de ferro* da história econômica, dada a natureza qualitativa do argumento e a escassa evidência empírica disponível.

Buescu (1972) analisou a inflação brasileira no período 1850-70 com base em levantamento de preços realizado pelo Centro de Pesquisas de História Econômica do Brasil. Cotejando as interpretações monetaristas e estruturalistas da inflação no século passado, Buescu sugere uma interpretação eclética, observando que na maioria dos casos (exceto durante o intervalo 1856-62) os fatores monetários tiveram efeito inflacionário.

A história financeira do Rio de Janeiro é examinada em dois artigos de Eulalia Lobo e colaboradores (1971 e 1973).

O primeiro deles busca analisar, através da evolução do índice do custo de vida, a natureza da economia do Rio de Janeiro e o processo de transição para uma sociedade capitalista, visando também obter uma periodização mais objetiva para o processo histórico, bem como estudar a industrialização, o modelo exportador da economia e a evolução do padrão de vida na cidade.

O segundo artigo dá seqüência ao anterior, focalizando o salário de 39 categorias profissionais no Rio de Janeiro, procurando mensurar o poder aquisitivo real dessas camadas e correlacionando o comportamento dos preços com os salários nominais, déficits orçamentários, emissões de moeda e preços de bens exportados.

A equipe de Lobo construiu três séries de índices de preços para o Rio de Janeiro, correspondendo, em princípio, ao custo de vida das diferentes classes sociais, usando ponderações bastante arbitrárias. Este critério foi severamente criticado por Luz e Peláez (1972), que construíram índices de preços alternativos baseados na *teoria da paridade do poder de compra* (usando os índices da França, Inglaterra e EUA). Luz e Peláez concluem que a equipe de Lobo superestimou bastante a inflação no século XIX, que teria sido, segundo aqueles autores, bastante branda.

Todavia, para o período 1862-99, as estimativas da inflação de Lobo e sua equipe não divergem significativamente das estimativas de Contador e Haddad, que usaram o *método da paridade do poder de compra*, conforme indica a tabela abaixo:

Inflação brasileira em 1862-99
(taxa anual média, %)

Índice de Lobo*			Índice de Contador—Haddad**
Ponderação de 1856	Ponderação de 1919	Ponderação de 1949	
5,87	4,69	4,79	5,4

* Lobo et alii (1971).

** Contador & Haddad (1975).

Luz e Peláez criticam, também, nos dois artigos da equipe de Lobo, as deficiências de periodização, as generalizações qualitativas não-lastreadas em evidências empíricas e a ausência de análise das crises enfrentadas pela praça do Rio de Janeiro.

É inegável que os referidos trabalhos percorreram a trilha do *Measurement without theory*, ressentindo-se também da falta de uma melhor organização da narrativa em torno de alguns temas centrais.

A evolução da política cambial brasileira é abordada em dois trabalhos de Suzigan (1971) que apresenta uma narrativa analítica das principais características da política cambial no período 1889-1945, basicamente desdobrada nas seguintes etapas:

- 1889-1917: completa liberdade cambial (compreendendo a experiência com a Caixa de Conversão em 1906-14) ;
- outubro de 1917—novembro de 1926: controle cambial das transações financeiras;
- 1927-30: Caixa de Estabilização;
- 1931-38: controles de câmbio;
- 1939-46: retorno à liberdade cambial.

Huddle (1964) analisa o período do pós-guerra, contrastando os controles cambiais via racionamento administrativo no período 1946-53, julgados como economicamente ineficientes e levando à sobrevalorização cambial e à corrupção administrativa, com a política relativamente mais liberal implantada pela Instrução n.º 70 da Sumoc em 1953, abrandando os controles e adotando um sistema de taxas múltiplas via leilões de câmbio para as diferentes categorias.

3.1 A contribuição de Carlos Manuel Peláez

Os artigos de Carlos Manuel Peláez e seus colaboradores, que são essencialmente um *spin-off* da sua tese doutoral na Universidade de Columbia (sobre a política econômica na década de 30) e de sua *História monetária do Brasil* (em co-autoria com Suzigan),² trouxeram importantes contribuições para a revisão crítica de diversas interpretações até então consagradas na história econômica do Brasil.

Seus artigos incluem, inicialmente, uma crítica à teoria estruturalista dos *choques adversos* como catalisadores da industrialização brasileira (Peláez, 1968, 1969, 1971a, 1971b). Celso Furtado havia formalizado esta interpretação, em termos dos argumentos da *recuperação* e da *transferência*.³ Resumidamente, supunha-se que a política fiscal compensatória do governo durante a Depressão (especialmente via intervenção no mercado cafeeiro) havia sido um elemento crucial para a sustentação da renda doméstica. Por outro lado, dado o suposto aumento da lucratividade relativa da indústria devido à crise do comércio exterior, admitia-se que tivesse havido uma transferência maciça de recursos do setor cafeeiro para o setor industrial, determinando a aceleração do crescimento deste setor.

Peláez sugere que a evidência empírica disponível torna insustentável essa interpretação. No que diz respeito ao argumento da recuperação, a compra e destruição de estoques de café teriam sido financiadas não pelo crédito bancário (conforme Furtado), mas sim por empréstimos externos e impostos de exportação. A política fiscal não estaria, segundo Peláez, engajada em construir *pirâmides keynesianas*, mas sim em procurar um ortodoxo equilíbrio orçamentário *ex-ante*, segundo o melhor figurino recomendado pelos assessores do Banco da Inglaterra.

² Peláez & Suzigan (1976).

³ Furtado (1956).

Segundo Peláez, os efeitos externos via superávit da balança comercial e via impacto sobre o déficit fiscal (devido à queda da arrecadação tarifária) foram gravemente subestimados na análise convencional da Depressão brasileira. Por outro lado, Peláez também discorda do argumento estruturalista da *transferência*. Primeiramente, grande parte do desinvestimento de recursos no setor cafeeiro teria se deslocado não para a indústria, mas sim para o setor algodoeiro, que experimentou notável crescimento na década de 30. Em segundo lugar, as estimativas de Furtado sobre a formação de capital na década de 30 seriam inadequadas, pois o consumo *per capita* de cimento e de aço não chegou a retornar, nessa década, aos níveis alcançados em 1929. Em terceiro lugar, a produção siderúrgica e de cimento foi estabelecida na década de 20, com capital e assistência técnica estrangeiros, não cabendo, pois, falar em transferência de recursos cafeeiros.

Quanto à cronologia da Depressão, a evidência coletada por Peláez, basicamente validada também pelas estimativas de Haddad (1975), indica que 1931 foi o *fundo* da crise, observando-se a recuperação a partir de 1932 (para o produto *industrial* a recuperação começou em 1931, conforme Haddad). As estimativas da renda real (incorporando variação nos *termos de troca*) indicam, também, que ela caiu muito mais que o produto real durante a Depressão, qualificando, assim, a visão otimista sobre o impacto dos *choques adversos* sobre o crescimento. Segundo Peláez, em termos de renda *per capita*, “o Brasil realmente contornou a Depressão da melhor forma possível, mas dificilmente se poderia considerar aqueles anos como um período de progresso ou a verificação empírica das vantagens do modelo latino-americano de crescimento introvertido” (Peláez e Suzigan, 1972).

Dentre os ensaios de Peláez para a *RBE* se encontra também um interessante artigo sobre o caso da Itabira Iron e a exportação de minério de ferro no Brasil (Peláez, 1976). Segundo o autor, um elenco de causas como o nacionalismo emocional, a ignorância das autoridades, os interesses constituídos, a xenofobia da imprensa, as ambições monopolísticas iniciais da Itabira Iron, bem como eventos exógenos como as Guerras Mundiais e a Depressão, retardaram a implantação do empreendimento e comprometeram o aumento tempestivo de nossas exportações de minério. Assim, para Peláez “a Itabira Iron foi uma das maiores frustrações desenvolvimentistas da história econômica da América Latina”.

Em toda a importante argumentação revisionista de Peláez sobre a Depressão, a ênfase tem sido sobre o comportamento das políticas fiscais

e cambiais. Já mencionamos, todavia, em outro trabalho ⁴ que a cronologia da política monetária é um fator crucial e geralmente ignorado na literatura, para explicar a precedência da queda e da recuperação econômica do Brasil, relativamente aos EUA, durante a Depressão.

Outra contribuição importante de Peláez reside em sua análise dos efeitos nefastos das políticas econômicas *ortodoxas* sobre o desenvolvimento brasileiro (Peláez, 1971; Peláez e Suzigan, 1972). Segundo o seu raciocínio, a explicação do atraso da industrialização é função de dois fatores:

- a) proteção relativa ao setor cafeeiro;
- b) políticas monetárias, cambiais e fiscais, e instituições ortodoxas. ⁵

Analisando a evolução secular da política monetária num enfoque eclético influenciado pelas idéias de Friedman e Schwartz, Gerschenkron e Cameron, Peláez argumenta que “é possível explicar grande parte da história econômica brasileira na base do enfoque de Cameron: a experiência histórica brasileira foi caracterizada pelo insucesso na definição e implementação de uma estrutura bancária e financeira ideal, especialmente aquela que facilitasse a industrialização e o crescimento” (Peláez e Suzigan, 1972). O pecado da ortodoxia monetária teria sido, então, o de impedir que o sistema bancário tivesse fornecido a liquidez para o estabelecimento de novas indústrias com base em tecnologia estrangeira (Peláez, 1971a). O grande obstáculo ao desenvolvimento foi o monopólio da emissão pelo Tesouro. “No começo da República, Rui Barbosa tentou esboçar e implementar um plano de reforma monetária, mas com pouco sucesso. A contra-reforma foi muito fortemente executada por Joaquim Murinho... Provavelmente foi o imenso prestígio da filosofia de Murinho e sua grande aceitação durante prolongado período que impediu a reforma monetária adequada.” (Peláez e Suzigan, 1972.)

Há várias qualificações necessárias a esta linha de raciocínio.

1. Já assinalamos anteriormente que a hipótese Cameron é apenas uma generalização útil como referência mas não uma *lei de ferro* do desenvolvimento. É obviamente exagerado erigir o sistema bancário como elemento crucial do desenvolvimento colocando em plano inferior todo um

⁴ Neuhaus (1975).

⁵ A respeito da ortodoxia veja também o ensaio de Fernandes (1974), com sua análise da crítica de Mauá ao padrão-ouro.

elenco de fatores do lado *real* extensamente abordados na literatura.⁶ Além disso, a própria relação de causalidade entre sistema bancário e desenvolvimento econômico é ambígua (o crescimento bancário pode ser causa ou consequência do desenvolvimento econômico).

2. A discussão sobre emissão do Tesouro *versus* emissão bancária, como elemento-chave do progresso, também parece mal colocada. A nosso ver, a principal diferença entre esses dois regimes de emissão é sobre quem apropria o *seigniorage* da criação de moeda (o governo ou o sistema bancário), o que é pouco relevante como variável-chave para o crescimento econômico (de qualquer modo, se o governo abrisse mão a favor do sistema bancário do *seigniorage* como fonte de recursos, teria que aumentar, *ceteris paribus*, a carga tributária convencionalmente definida sobre o setor privado).

Admite-se hoje em dia (após as contribuições de Gurley, Shaw, Mckinnon, Cameron etc.) como pacífica a importância da intermediação financeira no processo de desenvolvimento econômico. Todavia, entre um extremo neoclássico da neutralidade da moeda a longo prazo, e o outro extremo cameroniano do crédito bancário farto como condição *sine qua non* do desenvolvimento, certamente é possível encontrar um meio-termo mais adequado para integrar os inúmeros fatores *reais* e *financeiros* que afetam o desenvolvimento econômico.

3. A crítica de Peláez a Murtinho admite, implicitamente, que o regime de emissão bancária de Rui Barbosa era o ideal para o crescimento (Peláez e Suzigan, 1972, p. 89). Sem endossar a visão ortodoxa, julgamos, todavia, que o regime que resultou no *encilhamento* estava longe de ser uma moldura adequada e estável para o crescimento de longo prazo.

4. A certa altura, Peláez atribui aos rigores da ortodoxia a culpa pelo surgimento de políticas heterodoxas distorcivas, como a valorização do café (Peláez, 1971). Parece-nos que atribuir à ortodoxia a culpa pelo surgimento de sua antítese é uma aplicação muito elástica da lógica dialética. Segundo este mesmo raciocínio, por que então não atribuir à heterodoxia de Rui Barbosa e dos papelistas a culpa pelo surgimento da ortodoxia?

* Peláez e Suzigan (1972) mencionam, *en passant*, a importância de fatores como as altas taxas de crescimento demográfico e os baixos níveis iniciais de desenvolvimento durante o período de grande crescimento econômico mundial (1880-1913) como responsáveis também pelo atraso econômico relativo do Brasil após a II Guerra.

A nosso ver, o tratamento da ortodoxia na obra de Peláez ignora o contexto histórico em que se desenvolveu aquela corrente. Segundo Peláez, a ênfase ortodoxa aos objetivos de equilíbrio orçamentário, austeridade monetária e altas taxas de câmbio teria sido incoerente com quase todas as metas de política econômica contemporânea de estabilização e crescimento econômico. *Et pour cause!* Afinal, foi apenas após a Depressão e a revolução keynesiana que a estabilização econômica de curto prazo, o pleno emprego e o crescimento econômico passaram a figurar na agenda de prioridades da maioria dos *policy makers* de todo o mundo.

Além disso, freqüentemente o impacto efetivo da ortodoxia é suavizado quando se procura analisar as políticas efetivamente adotadas (mesmo por *policy makers* de feição ortodoxa), ao invés das proclamações oficiais através de discursos, relatórios, trabalhos doutrinários etc. Os exemplos são inúmeros, como o fato de autoridades *ortodoxas* terem sido responsáveis pelas fartas emissões de moeda quando da eclosão da I Guerra, ou o fato de se verificar um generoso crescimento de 16% dos meios de pagamento em 1931, apesar das homenagens verbais às idéias ortodoxas da Missão Niemeyer.

4. Metodologia e tópicos especiais

Poucos artigos se dedicaram à metodologia da história econômica na *RBE*. Dentre estes, Mauro (1972) enumera uma longa tipologia de histórias econômicas possíveis, tais como a história seriada, pontual, conjuntural, correlativa, modelar, contábil e freqüencial, chamando a atenção para as dificuldades de conciliar com habilidade os ofícios de historiador e de economista.

Saes (1976), em seu *survey* da historiografia econômica brasileira publicada nos periódicos brasileiros da economia (limitada aos artigos que enfocam o período anterior a 1930), visualiza três tendências na literatura:

- a) a história econômica dos historiadores;
- b) os artigos que procuram entender a economia atual a partir do seu desenvolvimento histórico, relegando o trabalho empírico ao segundo plano;
- c) a literatura que procura fazer uma revisão das proposições de Furtado ou dos autores de sua tradição.

Nogueira e Peláez (1972), em seu amplo *survey* da literatura econômica brasileira no período 1822-1972, dedicam algum espaço aos historiadores econômicos do Brasil, bem como aos debates entre correntes de pensamento passadas, como as dos *papelistas* e *metalistas*, que são importantes para entender as diversas políticas econômicas efetivamente adotadas.

Para melhor situar no contexto histórico as idéias *ortodoxas* de Murtinho, é útil a referência dos autores ao fato de que ele era um adepto da *long view* (na terminologia de Viner), ou seja, da manipulação de instrumentos de política orientada para os seus efeitos de longo prazo, sendo bem conhecida a sua defesa da *política de princípios* em contraposição à *política de expedientes* na condução dos negócios públicos.

O único artigo da *RBE* que focaliza explicitamente o século XVIII é o de Canabrava (1972), sobre os níveis de riqueza na capitania de São Paulo em 1765-67. Trata-se de uma ilustração típica do que Saes denominou de *história econômica dos historiadores*, apresentando uma narrativa rica de detalhes factuais sobre a economia da capitania, seu comércio com outras regiões, a estrutura de profissões, bem como dados sobre a distribuição da riqueza (bens móveis e imóveis, jóias, escravos e títulos de crédito) oriundos do recenseamento da capitania.

No seu ensaio sobre a viabilidade da escravidão no período 1880-88, Portocarrero de Castro (1973) utilizou o método de Yasukichi Yasuba para determinar o valor da renda econômica capitalizada no preço do trabalhador escravo de campo vendido aos 18 anos, para períodos selecionados.

O estudo se restringe à cafeicultura e utiliza a série de preços de escravos de Stanley Stein, a série de preços de Onody⁷ e uma taxa de juros hipotética de 8% ao ano, para chegar à conclusão de que a escravidão estava deixando de ser *economicamente viável* ao tempo da abolição. Observe-se, porém, que o autor usa um conceito muito particular de viabilidade econômica (o de Yasuba), onde a queda da *renda econômica* computada é (por definição) tomada como sinônimo da queda da viabilidade econômica. Isto não significa um endosso automático à interpretação tradicional da escravidão, segundo a qual a abolição foi apenas um reflexo do fato de a escravidão ter-se tornado economicamente moribunda e, portanto, deixado de ser economicamente lucrativa (em termos privados) para os proprietários agrícolas. Sob este ângulo, é muito importante

⁷ Stein (1957) e Onody (1960).

a análise de Pedro de Mello,⁸ focalizando a escravidão pela ótica da demanda de trabalho escravo pelos proprietários rurais e tomando a abolição como uma mudança fundamental dos direitos de propriedade no mercado de trabalho.

Segundo Mello, a evidência empírica indica que a demanda de escravos nas plantações de café *aumentou* durante quase todo o período 1850-88 (visto que a escravidão era economicamente lucrativa em termos privados para a produção de café), mas começou a cair gradualmente no início da década de 1880 devido à pressão eminentemente *política* pela abolição, que levou à perda de confiança na preservação dos direitos de propriedades escravocratas.

Bibliografia

Baer, Werner & Kerstenetzky, Isaac. Substituição de importações e industrialização no Brasil. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, set. 1964.

Baklanoff, Eric. Fatores externos no desenvolvimento econômico do ponto nevrálgico do Brasil — o Centro-Sul — 1880-1930. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, dez. 1967.

Buescu, Mircea. A inflação brasileira de 1850 a 1870 — monetarismo e estruturalismo. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, dez. 1972.

Cameron, Rondo. Metrópole e hinterlândia na história das finanças. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, set. 1972.

———. Origens históricas do subdesenvolvimento contemporâneo. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, dez. 1972.

Canabrava, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-67. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, dez. 1972.

Castro, Antonio Barros de. Uma tentativa de interpretação do modelo histórico latino-americano. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, mar. 1967.

Castro, Helio O. Portocarrero. Viabilidade econômica da escravidão no Brasil, 1880-88. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, mar. 1973.

Contador, Cláudio & Haddad, Claudio. Produto real, moeda e preços. *Revista Brasileira de Estatística*, jul./set. 1975.

⁸ Mello (s.d.)

Fernandes, Santiago. Mauá, o economista do Império: análise de sua crítica científica ao padrão-ouro. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, jun. 1974.

Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Forense, 1956.

Gudin, Eugenio. Notas sobre a economia brasileira desde a Proclamação da República até os nossos dias. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, set. 1972.

Haddad, Claudio. Crescimento do produto real brasileiro — 1900-47. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, mar. 1975.

Huddle, Donald. Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil — diretrizes políticas e história, 1945-54. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, mar. 1964.

———. Reflexões sobre a industrialização brasileira: fontes de crescimento e da mudança estrutural — 1947-63. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, jun. 1969.

Leff, Nathaniel. Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, mar. 1972.

———. Estimativa da renda provável no Brasil no século XIX com base nos dados sobre a moeda. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, jun. 1972.

———. Uma perspectiva a longo prazo do desenvolvimento e subdesenvolvimento brasileiros. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, set. 1972.

Lobo, Eulalia et. alii. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 — resultados preliminares. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, dez. 1971.

———. Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo de alimentação do Rio de Janeiro de 1820 a 1930. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, dez. 1973.

Loeb, Gustaff & Van Der Meiren, Pierre. O desenvolvimento da produção real e dos recursos disponíveis no Brasil, 1939-53. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, dez. 1954.

Luz, Nícia Vilela & Peláez, Carlos Manuel. Economia e história: o encontro entre os dois campos do conhecimento. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, set. 1972.

Mauro, Frédéric. Da história seriada ou estatística à história freqüencial ou estrutural: o caso do Brasil. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, set. 1972.

Mello, Pedro de. *The economics of labor in Brazilian coffee plantations, 1850-88*. Dissertação doutoral em progresso, Universidade de Chicago.

Neuhaus, Paulo. *História monetária do Brasil*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1975.

Nogueira, Denio & Peláez, Carlos Manuel. Introdução: ensaios sobre a economia brasileira. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, set. 1972.

Onody, Oliver. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro, 1960.

Peláez, Carlos Manuel. Acerca da política governamental, da grande depressão e da industrialização no Brasil. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, set. 1969.

———. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café — 1906-45: teoria, política e medição. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, dez. 1971.

———. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, mar. 1968.

———. As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal do Brasil entre 1889 e 1945. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, set. 1971.

———. Itabira Iron e a exportação de minério de ferro do Brasil. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, dez. 1970.

Peláez, Carlos Manuel & Suzigan, Wilson. Bases para a interpretação monetária da história econômica brasileira. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, dez. 1972.

———. *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Rio de Janeiro, IPEA, 1976.

Rios, José Arthur. A tradição mercantilista na formação brasileira. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, set. 1972.

Saes, Flávio. A história econômica vista sob a perspectiva das revistas de economia. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, jun. 1976.

Stein, Stanley. *Vassouras: a Brazilian coffee county, 1850-90*. Boston, 1957.

Suzigan, Wilson. A industrialização de São Paulo — 1930-45. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, jun. 1971.

———. Política cambial brasileira — 1889-1946. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, set. 1971.

Villela, Annibal. O desenvolvimento industrial da Rússia — 1860-1913. *RBE*, Rio de Janeiro, FGV, mar. 1970.